



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141375 - CE (2021/0010326-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**RECORRENTE** : ANDRE LUIS AGOSTINHO DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RAKEL PINHEIRO DA SILVA - CE027874  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDRÉ LUIS AGOSTINHO DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0638207-79.2020.8.06.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 17/11/2019, pela prática, em tese, "dos crimes previstos nos artigos 121, §2º, incisos I e IV, na forma do art. 14, inciso II, em face de CARLOS KAIKE RODRIGUES e ELIAS COSTA LIMA; Art. 121, §2º, incisos I, III e IV, na forma do art. 14, inciso II, todos do Código Penal em face de CARLOS KAIKE RODRIGUES e ELIAS COSTA LIMA; Art. 121, §2º, inciso I, III e IV, todos do Código Penal em face de RENATO LINHARES DE OLIVEIRA FILHO; Art. 2º, caput, §2º da Lei 12.850/ 2013 e art. 14, da Lei 10.826/ 2003" (e-STJ fl. 96).

Sustenta o impetrante a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, sem que tenha a defesa contribuído para a demora no trâmite do feito.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pelo provimento do recurso, com a confirmação em definitivo da medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extraí-se do acórdão ora recorrido, *in verbis*:

*Na situação concreta, tem-se que a prisão em flagrante ocorreu no dia 17/11/2019, sendo convertida em preventiva dois dias após. Com seguimento da demanda, sobreveio oferecimento de denúncia no dia 06/12/2019 (fls. 187/196).*

*A peça acusatória fora recepcionada em 18/12/2019 (fls. 197/198). O corréu Venicius da Cruz Gomes apresentou resposta à acusação em 16/01/2020, o paciente em 10/02/2020, o também réu Manuel Rômulo Barbosa em 25/05/2020. No dia 28/04/2020, expediu-se editais com a finalidade de citar os acusados Leandro de Sousa Barros e Crislean Rodrigues Sobrinho. Em 13/07/2020, o Magistrado exarou despacho determinando designação de audiência de instrução.*

*A partir de tais dados, percebe-se que a ação penal realmente caminha em ritmo aquém desejável, especialmente levando em conta o decurso de mais de um ano sem que se tenha iniciado a instrução processual. Vê-se, portanto, que os interregnos temporais previstos na legislação para efetivação dos atos realmente foram ultrapassados.*

*Entretanto, no caso concreto, ressoa absolutamente necessário levar em consideração a presença de 05 (cinco) réus no polo da ação. Não bastasse, afere-se que a inefetividade nas tentativas de citações de dois réus fez com que fossem necessárias as publicações de dois editais. Também cabe ponderar a complexidade do feito, que se propõe a apurar 5 (cinco) crimes, dois homicídios tentados, um consumado, porte de arma de fogo e organização criminosa.*

*De modo geral, é corriqueiro que feitos criminais perduem por tempo superior ao imposto na legislação, pois a sistemática adotada estabelece a realização de atos/formalidades que por vezes requerem tempo para efetivação.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência